



Universidades Lusíada

Garcia, Francisco Proença, 1961-
Magalhães, Sandra

O novo conceito estratégico da NATO : um contributo

<http://hdl.handle.net/11067/1007>

<https://doi.org/10.34628/5r6v-j126>

Metadados

Data de Publicação	2010
Resumo	O presente ensaio aborda uma perspectiva sobre o aquilo que se pensa vir a constar no novo Conceito Estratégico da NATO, a assinar na Cimeira de Lisboa em Novembro de 2010. Os temas sobre os quais reflectimos são: As novas ameaças, a política de porta aberta, o processo de transformação e reforma, as Parcerias, onde incluímos as relações com a Rússia e com a União Europeia, a defesa anti-míssil e a Comprehensive Approach....
Palavras Chave	Política Internacional - Século 21, Organização do Tratado do Atlântico Norte, Organização do Tratado do Atlântico Norte - Relações externas
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] LPIS, n. 03 (2010)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-10-03T02:28:29Z com informação proveniente do Repositório

O NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO - UM CONTRIBUTO

Francisco Proença Garcia

Tenente-Coronel do Exército Português

Membro da Delegação Portuguesa na NATO

garcia.fmgpp@mail.exercito.pt

Sandra Magalhães

Resumo: O presente ensaio aborda uma perspectiva sobre o aquilo que se pensa vir a constar no novo Conceito Estratégico da NATO, a assinar na Cimeira de Lisboa em Novembro de 2010. Os temas sobre os quais reflectimos são: As novas ameaças, a política de porta aberta, o processo de transformação e reforma, as Parcerias, onde incluímos as relações com a Rússia e com a União Europeia, a defesa anti-míssil e a *Comprehensive Approach*.

Abstract: This essay presents a perspective on what we think will be the focus of the new Strategic Concept of the North Atlantic Treaty Organization, to be signed at the Summit in Lisbon, in November 2010. We reflect about subjects such as new threats, open door policy, NATO transformation and reform, partnerships where we include the relations with Russia and European Union, Missile Defence and the *Comprehensive Approach*.

Palavras Chave: Conceito Estratégico NATO; “Novas” ameaças; Política de porta aberta; Transformação e reforma; Parcerias - Relações NATO-Rússia - Relações NATO-UE; Defesa anti-míssil e nuclear; *Comprehensive Approach*.

Keywords: NATO Strategic Concept; New Threats; open door policy; Nato-Transformation and Reform; Partnership – Nato Russia and Nato-EU; Missile Defence and Nuclear; *Comprehensive Approach*.

Nota introdutória

O ensaio aqui apresentado não passa disso mesmo, um ensaio sobre aquilo que pensamos que, em princípio, irá constar no próximo Conceito Estratégico da Aliança Atlântica, conscientes, contudo, de que no momento da sua publicação terá sido, entretanto, ultrapassado pelas negociações em curso.

Por norma, numa publicação académica, os textos devem seguir a metodologia de investigação, mas neste caso optámos por uma abordagem descritiva, por tópicos, baseada na experiência acumulada, quer no dia-a-dia nas salas de reuniões e corredores do Quartel-General em Bruxelas, quer da leitura dos documentos de reflexão que têm vindo a surgir, da troca de opiniões com diversos colegas, bem como de alguma reflexão pessoal sobre a Aliança

enquanto organização internacional, não obstante a sempre presente noção do poder negocial de cada Estado-membro.

Desse modo, o presente ensaio começa por responder ao porquê da necessidade de um novo Conceito Estratégico, seguindo-se uma descrição sobre a metodologia adoptada pelo Secretário-Geral para a estruturação dos trabalhos. Por fim, procuramos dar um contributo, organizando-o por tópicos, para a reflexão sobre os principais temas que deverão ser abordados no novo documento.

Porquê um novo Conceito Estratégico?

Desde 1999, ano de que data o último Conceito Estratégico da Aliança, a NATO (North Atlantic Treaty Organization) tem vindo a confrontar-se com uma mudança de contexto estratégico, com o emergir de novos desafios, ameaças e riscos, ou com o ressurgimento de alguns já familiares. Podemos-nos referir, a título meramente exemplificativo, a alguns dos acontecimentos que contribuíram para a mudança desse paradigma: os atentados do 11 de Setembro de 2001, em Nova Iorque, seguidos dos de Madrid e Londres; o início das Guerras no Iraque e no Afeganistão; a crise na Geórgia; os ataques cibernéticos à Estónia; a crise financeira e económica; o papel do G20 e o de novas potências como a China, a Índia, assim como a contínua proliferação de armas de destruição massiva e o novo posicionamento da Rússia enquanto actor global de referência. Por uma razão ou outra, estes são alguns dos elementos que contribuíram para uma nova abordagem da Segurança e Defesa internacional.

A NATO, como organização dinâmica que é, reconheceu a necessidade de se adaptar para poder responder a este novo ambiente, pelo que, no seu sexagésimo aniversário, a 4 de Abril de 2009 em Estrasburgo-Kehl¹, foi atribuída ao Secretário-Geral da Organização a missão de preparar um novo Conceito Estratégico, a ser adoptado na Cimeira de Lisboa que terá lugar a 19 e 20 de Novembro deste ano.

Como foi estruturado o processo de elaboração do novo Conceito Estratégico?

É notória a preocupação de adoptar um processo abrangente, inclusivo e transparente, na elaboração daquele que será o próximo Conceito Estratégico, procurando o envolvimento não apenas dos Aliados e Parceiros, mas também, de *think tanks* e da sociedade civil. Também ao cidadão anónimo é dada a possibilidade de contribuir e comunicar interactivamente com a Organização através da internet ou das diversas redes sociais.

Para o apoiar em todo este processo, o Secretário-Geral escolheu um grupo de 12 peritos internacionais, liderado pela antiga Secretária de Estado norte-americana Madeleine Albright. Neste grupo heterogéneo incluem-se personalidades políticas, da diplomacia, da área empresarial e do mundo

¹ Declaração de Segurança da Aliança

académico². Todavia, não foi designado nenhum militar, o que não deixa de suscitar alguma curiosidade.

O Secretário-Geral decidiu, ainda, estruturar o processo em três fases: uma primeira de reflexão, uma segunda de consulta com as capitais e uma terceira de redacção (*Draft*) e negociação com o Conselho do Atlântico Norte (NAC), onde estão sentados os representantes permanentes dos Estados-membros.

Para a primeira fase foram organizados quatro seminários temáticos³, que tiveram lugar no Luxemburgo e na Eslováquia, em Outubro e Novembro de 2008, respectivamente, na Noruega e nos EUA, em Janeiro e em Fevereiro deste ano. Nestes seminários participaram os elementos do grupo de peritos, os representantes permanentes, os representantes militares, os comandantes estratégicos e peritos das capitais.

Neste momento, decorrem as deslocações dos grupos de peritos às diversas capitais para consultas, tendo ficado a cargo do Embaixador Umit Pamir, da Turquia, e do Embaixador Yannis-Alexis Zeppos, da Grécia, a visita a Lisboa.

Em meados do mês de Maio o grupo de peritos deverá entregar ao Secretário-Geral os seus contributos, que por sua vez, redigirá um relatório para apresentar às capitais. Após orientação política, deverá dar-se início ao período final de negociações, com o objectivo de aprovar o novo documento na Cimeira de Lisboa.

Contributo para a reflexão sobre o novo Conceito Estratégico

Um Conceito Estratégico como o da Aliança deve trabalhar conceitos, devendo centrar o debate ao nível puramente geopolítico e estratégico. Assim, deve ser: flexível - para ser capaz de dar resposta às evoluções conjunturais; perene - para aguentar o teste do tempo; suficientemente vago - deixando a concretização dos conceitos para documentos parcelares. Afigura-se-nos, no entanto, que aquele documento deverá vir a conter considerações que melhor seriam abordadas no nível de ambição da organização ou dos planos operacionais.

São patentes a pluralidade de perspectivas sobre a Organização e as divergências naturais dos diferentes interesses nacionais nos vários contributos que têm vindo a terreno. Com efeito, alguns Aliados concentram as suas preocupações em torno dos novos riscos e ameaças, outros colocam a ênfase na necessidade de preservar a capacidade de defesa territorial, procurando acentuar a importância de elementos geográficos de diversa natureza, outros ainda, vêm

² Sr. Jeroen van der Veer (Holanda), Sr. Bruno Racine (França), Professor Adam Daniel Rotfeld (Polónia), o deputado britânico Hon Geoff Hoon (que abandonou o grupo a 24 de Abril, na sequência dos escândalos políticos envolvendo o seu nome) e os Embaixadores: Giancarlo Aragona (Itália), Marie Gervais-Vidricaire (Canadá), Ümit Pamir (Turquia), Fernando Perpiñá-Robert Peyra (Espanha), Dr. Hans-Friedrich von Ploetz (Alemanha), Aivis Ronis (Letónia), Yannis-Alexis Zeppos (Grécia).

³ Foram abordados temas relacionados com: tarefas e funções como a segurança colectiva e a dissuasão na actualidade; a Aliança como parte da Network Security global; o ambiente de segurança na área euro-atlântica; e forças e capacidades, incluindo o Planeamento de Defesa e a Transformação.

privilegiar as parcerias e/ou o alargamento. Não obstante, em comum, é notório o consenso em torno da intangibilidade do Tratado de Washington, em especial, da preservação da Indivisibilidade da Segurança da Aliança e do seu Artigo 5.º, bem como do processo de decisão por consenso, bases fundamentais da NATO.

Como já referimos noutra local⁴, o futuro Conceito Estratégico não deve fazer letra morta de um legado histórico e de sucesso já com 60 anos, sendo que, em nosso entender, existe um *acquis* importante a salvaguardar e que deve continuar a reflectir, no essencial, o *link* transatlântico que preserva:

- a defesa colectiva como expressão máxima da solidariedade;
- os valores comuns dos Estados-membros, conforme expressos no Conceito Estratégico de 1991;
- uma estrutura de Comando permanente;
- a necessária Interoperabilidade, entendida em sentido lato;
- uma partilha equitativa de riscos entre os Aliados;
- a capacidade de ter forças projectáveis, para onde e quando for necessário;
- a flexibilidade e agilidade para responder, com base nas suas capacidades e valências a futuros riscos e ameaças;
- face às incertezas do futuro, manter uma estratégia de dissuasão progressiva, baseada num misto de convencional e nuclear, bem como continuar a desempenhar um papel activo no desarmamento e controlo de armamento.

Passemos então à reflexão sobre os principais temas que pensamos vão ser abordados no novo Conceito Estratégico:

a) “Novos” desafios e ameaças

Será interessante constatar que a preocupação de fazer constar do Novo Conceito Estratégico uma expressão de vontade dos Aliados de dotar a organização com meios de resposta ao leque de novas ameaças constitui, na realidade, a legitimação do que é já, neste momento, prática corrente na organização.

Com efeito, no que se refere à defesa cibernética, actualmente, a NATO conta com equipas de peritos e de um centro de excelência, com sede na Estónia. Reúne, ainda, um extenso manancial de conhecimentos e experiência, quer na área cibernética especificamente orientada para as operações militares quer para as áreas civis, das quais são exemplo a agência NATO Command, Control and Consultation Agency (NC3A), e o trabalho desenvolvido por comités como o Senior Civilian Emergency Planning Committee (SCEPC).

O contributo da NATO para a segurança económica, de que são expoentes máximos, a segurança energética e o combate à pirataria, deverá ainda ser alvo de um aceso debate, na medida em que não existe, neste momento, consenso em torno do alcance e da natureza do papel a desempenhar por esta organização

⁴ “A NATO após a Cimeira do 60.º aniversário”. Conferência a 11 de Maio de 2009 na Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

nesta áreas, sobretudo quando confrontada com a partilha de trabalho estratégico entre os Estados e outras Organizações Internacionais, *maxime*, a UE (União europeia) e as NU (Nações Unidas).

Se a NATO tiver um papel a desempenhar, o mesmo poderá desenvolver-se no âmbito do alerta precoce, da partilha de informação, criação de medidas de confiança, da segurança de infra-estruturas críticas e na cooperação regional. Com a criação recente de um Centro de Excelência para a Segurança Energética em Riga, alguns Estados Membros procuram pressionar a organização a assumir responsabilidades nesta área e influenciar o sentido do debate.

Do mesmo modo, não existe acordo quanto à inclusão das implicações na segurança decorrentes das alterações climáticas no conjunto de áreas onde a NATO deve actuar. Em parte, para esta divergência contribuem as diferentes posições de alguns Aliados quanto ao Círculo Polar Ártico e a sua especial aversão à entrada da NATO nas discussões que querem circunscrever apenas à esfera bilateral ou quadro do Conselho do Ártico, como acontece com a Noruega e o Canadá.

b) Política de porta aberta (“*open door policy*”)

Com os sucessivos alargamentos, após o fim da Guerra Fria⁵, o Novo Conceito Estratégico deverá reiterar o compromisso com a política de porta aberta (anteriormente designada por Alargamento), nos termos enunciados no art. 10.º do Tratado de Washington. Ou seja, no respeito pela liberdade e soberania dos Estados de decidirem sobre as alianças a que desejam pertencer, os candidatos a membros podem ser convidados a integrar a NATO, desde que da sua adesão resulte uma efectiva contribuição para a coesão, o aumento da segurança e estabilidade da Aliança.

O *Membership Action Plan* (MAP) foi o instrumento criado em Abril de 1999 para apoiar os países candidatos na sua preparação à adesão à Aliança, não sendo, em si, garantia de que a mesma se venha a concretizar. Com efeito, o MAP consiste num processo exigente de metas e objectivos a alcançar que requerem reformas concretas e irreversíveis em diversas áreas (política, económica, segurança e defesa, recursos e legislativa), para que os candidatos fiquem aptos a assumir as responsabilidades e obrigações de um Estado membro, sendo o progresso nestas reformas acompanhado regularmente pelo Conselho do Atlântico Norte⁶.

⁵ Aos 12 Estados fundadores, juntaram-se em 1952 a Grécia e a Turquia, em 1955 a Alemanha, em 1982 a Espanha, seguindo-se o bloco da República Checa, Hungria e Polónia em 1999, e Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Roménia, Eslováquia e Eslovénia em 2004. Por fim, a Albânia e a Croácia em 2009.

⁶ Na Cimeira de Bucareste, por ocasião da discussão sobre a atribuição do MAP à Ucrânia e à Geórgia, foi, pela primeira vez, posta em causa a necessidade do cumprimento de todo o processo definido para a adesão à Aliança, o que incluía, como condição *sine qua non*, a submissão àquele MAP. Esta posição, todavia, não vingou, face à oposição determinada da França e da Alemanha. Na última reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO, foi acordada a concessão condicional do MAP à Bósnia-Herzegovina.

c) Transformação e reforma

O processo de transformação decorreu da necessidade de integração na organização de novos Estados-membros, oriundos do antigo Pacto de Varsóvia e da subsequente adaptação de doutrinas, táticas, técnicas e procedimentos diferentes, suscitando-se, igualmente, questões relativas à interoperabilidade de equipamentos.

Por outro lado, o novo contexto estratégico exige da Aliança uma capacidade de adaptação constante a novas ameaças e de actuação fora da sua tradicional área de responsabilidade (capacidade de projecção de forças à distância estratégica).

Aqui vem a terreno a discussão em torno da natureza da própria Aliança, isto é, se se deve assumir como um actor global ou, por força do novo espectro de conflitualidade, apenas assumir responsabilidades globais (a esta questão voltaremos adiante quando nos referirmos às parcerias da Aliança).

O motor da transformação da Aliança deveria ser a NATO *Response Force* (NRF). Todavia, tem sido sobretudo o teatro de operações do Afeganistão a ditar o sentido do debate e acção da organização.

Com efeito, as Forças Aliadas, que se encontravam treinadas à luz de uma doutrina convencional passaram a ter de fazer face a cenários de contra-insurreição, que impõem outros requisitos operacionais.

A este aspecto aliam-se factores economicistas, não sendo despidendo referir o quadro de crise internacional que hoje se vive. O debate em torno da transformação tem sido dominado pela luta na afectação dos recursos às operações, em detrimento do desenvolvimento de programas de médio e longo prazo orientados para a capacitação da Aliança de meios de alta tecnologia.

A Reforma da Aliança, também ela dominada pelas dificuldades orçamentais e pela pressão para efectuar cortes e reduções, tem-se desenvolvido em torno de três áreas: reforma do Quartel-General, da estrutura de comandos e das Agências.

d) Parcerias

A Aliança tem à sua disposição um conjunto de parcerias, quer na sua periferia geográfica quer à distância, às quais recorre para implementar a sua visão de comunidade que partilha valores e responsabilidades numa perspectiva de compromisso para uma segurança cooperativa.⁷

Estas parcerias estabelecidas na Europa, na Ásia Central, no Mediterrâneo, no Golfo e que vão do Japão, à Austrália e Nova Zelândia, passando pela Coreia, têm sido de particular relevância no apoio às operações, designadamente no Afeganistão.

Cabe aqui referir a relevância do Diálogo do Mediterrâneo, parceria que reúne à mesma mesa, países árabes e Israel, única neste feito, e cujo quadro de relacionamento e cooperação encerra em si um potencial ainda por explorar. Esta parceria mereceria, aliás, um olhar mais atento da parte da Aliança, demasiado

⁷ Declaração de Segurança da Aliança.

centrada nos problemas a Leste. Com efeito, um número não negligenciável de ameaças e riscos, nos quais se incluem o terrorismo e extremismo religioso, a segurança energética e os fluxos migratórios com impacto na segurança, têm a sua origem no sul, o que aconselharia, assim, um maior envolvimento e cooperação com estes países da bacia do Mediterrâneo.

Afigura-se de salientar, ainda, a posição nacional na defesa de uma visão também voltada para o Atlântico Sul, a fim de incluir países como o Brasil, retomando aqui uma iniciativa do Conde de Marenches, a NATO sem o N. Do mesmo modo, a Aliança deveria explorar parcerias com as potências emergentes, como a Índia e a China.

A NATO, que é, na semântica, regional, com estas parcerias ganha uma projecção global, sem querer, com essa valência, assumir-se como “gendarme” mundial mas apenas reconhecer a sua vocação global.

e) Relações NATO-Rússia

No âmbito das parcerias, cabe uma referência especial às relações com a Rússia. De facto, este parceiro conta com um quadro de diálogo específico no seio da NATO, o Conselho NATO-Rússia, instituído em 1997, cujo enquadramento é definido no Acto Fundador das Relações Mútuas de Cooperação e de Segurança entre a NATO e a Federação Russa⁸, e na Declaração de Roma.⁹

O diálogo com a Rússia é fundamental em áreas cruciais para a segurança internacional, como sejam as discussões em torno do controlo de armamento, desarmamento e não proliferação, armas convencionais e nucleares, defesa anti-míssil, segurança energética, bem como de tudo o que se relaciona com o espaço e o ciberespaço (tecnologia, controlo, armamento, partilha de informação, defesa, etc.). Acresce que este relacionamento é igualmente relevante para as operações que decorrem no Afeganistão, no combate ao terrorismo, ao tráfico de droga e à pirataria.

Por fim, a ligação intrínseca entre a segurança dos Estados membros da NATO e a segurança da Rússia, ou seja, a segurança do próprio espaço euro-atlântico, justificou mesmo a deslocação do Grupo de Peritos a Moscovo no processo de consultas para a elaboração do Novo Conceito Estratégico.

Este relacionamento não é, contudo, isento de percalços. Para que seja eficaz e efectivo, para que seja consequente e para que beneficie ambas as Partes, terá sempre de se basear na confiança mútuas, nos princípios da transparência e reciprocidade, sem que tal signifique um direito de veto da Rússia sobre os destinos da NATO¹⁰.

⁸ Assinado em Paris em 27 de Maio de 1997.

⁹ “Relações Nato Rússia: Uma nova qualidade”. Assinada em Pratica di Maré em 28 de Maio de 2002.

¹⁰ Não são aqui feitas referências à Proposta do Presidente da República russo sobre uma nova arquitectura de segurança europeia, por se entender que o seu tratamento não se enquadra no âmbito das discussões do Novo Conceito Estratégico da NATO, mas sim, e conforme acordo assumido pelos Aliados, no Processo de Corfu, no quadro da OSCE.

f) Defesa anti-míssil e nuclear

A NATO vê-se hoje confrontada, por um lado, com a vontade política, sustentada por um forte apoio popular, de evoluir no sentido da desnuclearização e/ou redução dos arsenais nucleares, e com a necessidade de garantir a segurança dos seus Estados-membros (art. 5.º) por outro. A persistência do risco da proliferação de armas de destruição massiva e dos respectivos meios de projecção (ADMs) justifica, assim, neste contexto, a manutenção da capacidade de dissuasão nuclear da Aliança e entra em linha com o debate em torno da futura capacidade de defesa anti-míssil que inclua a protecção do território e populações.

Aliás, só deste modo poderá a Aliança aspirar a um novo paradigma de dissuasão, desta feita conseguida pela negação (anti-arma). Deve assinalar-se, contudo, que este tema será certamente, o grande protagonista do debate sobre o Novo Conceito Estratégico e aquele que deverá manter-se em aberto até ao último minuto da Cimeira de Lisboa, dadas as profundas divergências, nesta matéria, entre alguns Aliados.

Não obstante, em nosso entender, o *footprint* norte-americano no futuro passará, precisamente, pela disponibilização desta capacidade na NATO, que deve ser plenamente assumida para que, com a progressiva deslocação do centro de Poder para o Pacífico e o Índico, que se tem vindo a verificar, se previna uma certidão de óbito do *transatlantic link*.

g) *Comprehensive Approach*

O debate sobre uma estratégia global, comumente conhecida por *comprehensive approach* (CA), surge na sequência do reconhecimento de que a solução no Afeganistão não pode ser puramente militar. Necessariamente passa por um quadro de acção integrado e abrangente que inclui não apenas a manobra militar, a cargo da Aliança, mas também as vertentes político-diplomática, sócio-económica e psicológica, sendo certo que estas são, em primeira instância, da responsabilidade das Autoridades nacionais, apoiadas, idealmente, em segunda linha, pelas organizações internacionais, ONGs e, inclusivamente, por particulares.

Todavia, as dificuldades de coordenação entre a NATO e os outros actores no teatro de operações levaram a um debate, ainda não concluído, sobre a CA, que se pode sintetizar em três abordagens distintas:

1. A necessidade de a Aliança preservar a sua natureza puramente militar, reservando as tarefas ditas civis aos outros actores;
2. A necessidade de a Aliança assumir todo o espectro de acção, mesmo que para o efeito tenha de vir a desenvolver capacidades civis, não tendo, desse modo, de depender de outros;
3. Não obstante respeitar a “divisão de tarefas”, a necessidade de a NATO suprir tarefas de estabilização e reconstrução, com a sua capacidade militar sobranter, ainda que transitoriamente, enquanto não estiverem

garantidas as condições de segurança no terreno para que aqueles outros actores possam actuar. Para o efeito, poderá recorrer a capacidades civis nacionais dos Estados Membros ou dotar-se, ela própria, dos meios civis necessários.

h) Relações NATO-UE

Um dos temas recorrentes nas reflexões sobre a Aliança é a relação de cooperação estratégica com a União Europeia, à qual parece não existir alternativa.

Só o facto de 21 Estados-membros serem comuns a ambas as organizações, partilharem valores e interesses estratégicos e enfrentarem riscos e ameaças idênticos, deveria ser argumento mais que suficiente para justificar a partilha entre a NATO e a União Europeia de responsabilidades na sua segurança. Os efeitos práticos deste relacionamento mantêm-se, contudo, reféns da questão cipriota.

Este impasse tem impedido, até ao momento, o aproveitamento das capacidades e complementaridade de acção de ambas as organizações, com a consequente duplicação de esforços e impacto ao nível de afectação de recursos. Em suma, tem sido o obstáculo a uma efectiva e verdadeira parceria estratégica.

Exemplo claro desta dificuldade vive-se hoje no Afeganistão, onde a cooperação no terreno prossegue, melhor ou pior, mas sem que ainda tenha sido possível estabelecer um quadro formal. Esta incapacidade tem estado, em grande parte, por detrás, das discussões em torno da *comprehensive approach*.

Julgamos, assim, que para além de meras declarações de princípio sobre a qualidade estratégica desta parceria e da necessidade de aprofundar os canais de diálogo e cooperação, que aliás têm vindo a ser sucessivamente reiteradas, sem vontade política, pouco mais se irá avançar.

Conclusão

Uma vez mais, assumimos o risco deste ensaio quando as discussões ainda correm o seu curso, tudo permanecendo em aberto quanto às diferentes opções nos vários temas aqui abordados. Não nos parece, contudo, que o futuro Conceito Estratégico se venha a distanciar muito das reflexões aqui efectuadas.

A NATO já provou o seu sucesso enquanto organização, bem como a sua capacidade de sobrevivência e adaptação nas sucessivas alterações do contexto estratégico. No entanto, desde o fim da Guerra Fria que não se confrontava com uma tão profunda introspecção em torno da sua própria natureza (estritamente militar ou integrar uma vertente civil) e do seu papel na cena internacional (organização global ou regional com responsabilidades e/ou vocação globais).

A adopção do Novo Conceito Estratégico dar-nos-á, senão a resposta, pelo menos pistas sólidas, sobre as opções que os seus Estados membros tomaram quanto ao que a Aliança deve ser e fazer, determinando-lhe, doravante, o lugar que deve ocupar e o alcance do seu Poder no novo e complexo xadrez internacional.